



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL N.º 341/2000

CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CAE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família - RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 27 item I e III, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DA CRIAÇÃO DO CONSELHO

Art. 1º - Fica o criado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE - do município de Sagrada Família - RS, órgão deliberativo, fiscalizador e assessoramento das questões relativos a municipalização e a operacionalidade da merenda escolar, no âmbito estadual e municipal, de acordo com o que dispõe a Medida Provisória nº 1979 - 19 de 02 de Junho de 2000.

DOS OBJETIVOS DO CONSELHO

Art. 2º - Compete ao Conselho de Alimentação Escolar do município de Sagrada Família - RS, o seguinte:

I - acompanhar a aplicação dos recursos Federais transferidos á conta do PNAE;

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas, higiênicas e sanitárias;

III - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelo Município, na forma desta Medida Provisória;

IV - o funcionamento, a forma e o quorum para as deliberações do CAE, bem como suas demais competências, serão definidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, sem prejuízo da competências estabelecida na Medida Provisória 1979 - 19.

DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º - O Conselho de Alimentação Escolar é constituído de 07 (sete) membros que serão nomeados por ato do Chefe do Executivo a saber:

I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

respectivo órgão de classe;

Conselhos Escolares, Associações de Pais e

Mestres ou entidades similares;

mesma categoria representada;

dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez;

considerado serviço público relevante e não será remunerado;

presidente e secretários serão realizados através de eleição entre os membros do Conselho.

DISPOSIÇÕES FINAIS

dispositivos da Medida Provisória nº 1979 – 19 de 02 de Junho de 2000.

destinadas ao funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar do município de Sagrada Família- RS.

demaís disposições em contrário, entrando em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
SAGRADA FAMÍLIA - RS, 14 de Agosto de 2000.**


JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


VILMAR MARTINELLI
Sec. Mun. da Administração